

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 167/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de combustíveis, arla 32 e óleo 2 tempos em atendimento às Secretarias Municipais de Cianorte.** Credenciamento até as 08h30min do dia 28 de novembro de 2023 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 28 de novembro de 2023; início da sessão às 9hrs do dia 28 de novembro de 2023; oferecimento de lances a partir das 10hrs do dia 28 de novembro de 2023. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 09 de novembro de 2023.

Kelly Karolyne Ickert
Secretária de Administração em exercício

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 168/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de enfeites natalinos conforme convenio 33/2023.** Credenciamento até as 08h30min do dia 29 de novembro de 2023 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 29 de novembro de 2023; início da sessão às 9hrs do dia 29 de novembro de 2023; oferecimento de lances a partir das 13h30min do dia 29 de novembro de 2023. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 09 de novembro de 2023.

Kelly Karolyne Ickert
Secretária de Administração em exercício

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 169/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de materiais de terapia ocupacional para a Divisão de Saúde Mental.** Credenciamento até as 08h30min do dia 29 de novembro de 2023 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 29 de novembro de 2023; início da sessão às 9hrs do dia 29 de novembro de 2023; oferecimento de lances a partir das 10h00min do dia 29 de novembro de 2023. O Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 09 de novembro de 2023.

Kelly Karolyne Ickert
Secretária de Administração em exercício

.PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

.DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 103/2023 – Processo 438/2023

O Prefeito do Município de Cianorte, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que Ratificou com UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.047.652/0006-84, com a finalidade de realizar a aquisição de peças para revisão obrigatória de 10.000 mil km dos veículos GM/Onix 1.0 MT LTI SEQ-4A94 e GM/Spina 1.8L AT L17 SEQ-4A95 lotados na Secretaria Municipal de Saúde de Cianorte, pelo valor total estimado de R\$ 849,42 (Oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos), e prazo de execução e vigência de até 31/12/2023; mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 07 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

.PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

.DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 103/2023 – Processo 441/2023

O Prefeito do Município de Cianorte, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que Ratificou com YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.087.511/0001-71, para serviço de revisão mecânica dentro do período de garantia realizada no ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO AUTOPROPELIDO, MARCA XCMG MODELO XS 123 SÉRIE 0785, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo valor total estimado de R\$ 5.166,76 (Cinco mil cento e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), e prazo de execução e vigência de até 31/12/2023; mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 07 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

MUNICÍPIO DE CIANORTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 348/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 140/2023, homologado em 25/10/2023. Objeto: Contratação de empresa para locação de concentradores de oxigênio e fornecimento de gás oxigênio medicinal com cessão de cilindros em regime de comodato para uso da Secretaria Municipal de Saúde, optando-se desde já pelo prosseguimento licitatório nos termos da(s) Lei(s) 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002.

Empres: F.C.D.E PAULA JOSE E CIA LTDA
Valor Homologado: R\$ 158.160,00 (cento e cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais)

Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses

Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	41264	Oxigênio gasoso, de uso medicinal, pureza mínima de 99%, acondicionados em cilindros com capacidade de 0,4 até 1m3. BR0429464	M³	900	R\$ 34,90	R\$ 31.410,00
2	41265	Oxigênio gasoso, de uso medicinal, pureza mínima de 99%, acondicionados em cilindros com capacidade de 1,5 até 3m3. BR0429464	M³	750	R\$ 13,90	R\$ 10.425,00
3	41266	Oxigênio gasoso, de uso medicinal, pureza mínima de 99%, acondicionados em cilindros com capacidade de 4 até 10m3. BR0429464	M³	23500	R\$ 4,95	R\$ 116.325,00

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, 25 de Outubro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

MUNICÍPIO DE CIANORTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 362/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 137/2023, homologado em 06/11/2023. Objeto: Aquisição de uniformes (Agasalhos e Calçados) para o Projeto Policial Mirim do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Empres: M.L COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor da Ata de Registro de Preços: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)

Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses

Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
2	50540	TÊNIS NA COR PRETO estilo, tipo esporte, bico redondo. Língua: preta material: fivel. Fechamento: cadarço cor preta. Cabeça: material sintético costurado em linha reforçada, cor preto. Forro interno: almofadado com espuma para evitar lesão no pé, podendo ser de revestido com tecido ou material sintético. Palmilha: macia para maior conforto, engrossada para auxiliar no impacto, desenvolvido para absorver parte da unidade da planta do pé. Sol: em borracha antiderrapante com ranhuras para melhor aderência na superfície lisa ou terreno, formato plataforma baixa com lateral na cor preta. Todos os pares iguais. Tamanho: variados a ser definido pelo órgão responsável. PRODUTO DE 1ª LINHA PODENDO TER ALGUMA ESPECIFICAÇÃO DIFERENTE DA DESCRITA DESDE QUE SEJA DE QUALIDADE SUPERIOR A INFORMADA E ACEITA PELO ÓRGÃO RESPONSÁVEL. Modelo em anexo.	PAR	40	R\$ 175,50	R\$ 7.020,00	K2

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, 06 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 768/2023 - LCT-PMC

PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Av. Goiás, 1211, Zona de Armazém, CEP 87209008, na cidade de CIANORTE, estado do PARANÁ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.047.652/0006-84.

FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade por Dispena por Justificativa nº 102/2023.

OBJETO: Contratação da empresa UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA CNPJ: 03.047.652/0006-84 com a finalidade de realizar a aquisição de peças para revisão obrigatória de 10.000 mil km dos veículos GM/Onix 1.0 MT LTI SEQ-4A94 e GM/Spina 1.8L AT L17 SEQ-4A95 lotados na Secretaria Municipal de Saúde de Cianorte, optando-se pelo prosseguimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993.

VALOR: R\$ 849,42 (Oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 31/12/2023.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 07 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 152/2023

Processo nº 440/2023

O Prefeito do Município de Cianorte, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público que ratificou com SCHYENE RITTER DOS SANTOS MAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.984.701/000173, credenciada através do Chamamento Público nº 09/2022 para prestação de serviços na área de saúde aos pacientes, encaminhados pela Secretaria Municipal de saúde, na especialidade constante do anexo VIII do chamamento, exclusivamente nas instalações da Contratada, no montante de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), sendo o Prazo de execução de 12 meses e vigência de 14 meses, mediante INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 25, caput da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 07 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

MUNICÍPIO DE CIANORTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 363/2023

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 135/2023, homologado em 07/11/2023. Objeto: Aquisição de equipamentos de ortese e prótese para distribuição gratuita e meios auxiliares para atendimento a pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Empres: L.TRAMONTINI TUNES & CIA LTDA
Valor da Ata de Registro de Preços: R\$ 348.883,50 (trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses

Item	Item	Codi go	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
1	2	42913	Cadeira de rodas (OBESO) fabricada em tubos de aço-carbono reforçado com espuma em nylon duplo reforçado com lona e finas tassoras comento com trava de segurança em aço-carbono manípulo dobrável em "X" tubular duplo reforçado fixos bilaterais zincados apoios para os braços escamoteáveis em nylon injetado apoios para os pés removíveis e com regulagem de altura das rodas dianteiras aro 6" com pneus maciços das rodas traseiras aro 24" em nylon injetado com pneus infláveis garfo em aço-carbono manípulo, pintura epoxi texturizada (eletrostatica) BR0418804	UN	109	R\$ 967,90	R\$ 105.501,10	dellamed
1	3	42659	Cama hospitalar tipo FAUWLER com movimentos manuais. Estrutura de cama deve ser em aço com perfil de 50x25x2,65 mm. As dimensões aproximadas devem ser 190 cm de comprimento, 90cm de largura altura do chão até o leito 55 cm. Deve realizar os movimentos a partir das manivelas articuláveis com rolamentos bilaterais, mínimo duas manivelas. Cabeceira e pés devem ser removíveis e com confecionados em aço. Deve possuir grades duas laterais de fácil manuseio confecionados em aço. A pintura deve eletrolitica em epoxi na cor branca antiferrugem. Deve possuir quatro rodaios com freio, capacidade mínima de suporte 130kg. BR0422153	UN	38	R\$ 1.634,00	R\$ 62.092,00	dellamed
2	2	42913	Cadeira de rodas (OBESO) fabricada em tubos de aço-carbono reforçado com espuma em nylon duplo reforçado com lona e finas tassoras comento com trava de segurança em aço-carbono manípulo dobrável em "X" tubular duplo reforçado fixos bilaterais zincados apoios para os braços escamoteáveis em nylon injetado apoios para os pés removíveis e com regulagem de altura das rodas dianteiras aro 6" com pneus maciços das rodas traseiras aro 24" em nylon injetado com pneus infláveis garfo em aço-carbono manípulo, pintura epoxi texturizada (eletrostatica) BR0418804	UN	36	R\$ 967,90	R\$ 34.844,40	dellamed
2	3	42659	Cama hospitalar tipo FAUWLER com movimentos manuais. Estrutura de cama deve ser em aço com perfil de	UN	12	R\$ 1.634,00	R\$ 19.608,00	dellamed

Item	Item	Codi go	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
			50x25x2,65 mm. As dimensões aproximadas devem ser 190 cm de comprimento, 90cm de largura altura do chão até o leito 55 cm. Deve realizar os movimentos a partir das manivelas articuláveis com rolamentos bilaterais, mínimo duas manivelas. Cabeceira e pés devem ser removíveis e com confecionados em aço. Deve possuir grades duas laterais de fácil manuseio confecionados em aço. A pintura deve eletrolitica em epoxi na cor branca antiferrugem. Deve possuir quatro rodaios com freio, capacidade mínima de suporte 130kg. BR0422153	UN	30	R\$ 48,50	R\$ 1.455,00	india
3	2	58892	Bengala comum com regulagem de altura. Material: haste em alumínio, ponta de borracha, manopla em borracha ou madeira ou polipropileno. Tamanho ADULTO BR0276212	UN	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00	india
3	3	42922	Andador de alumínio articulado (debaixo do pé), possui sete ajustes de regulagem de altura e a dobrável por um so pino de ajuste. A articulação do andador permite acompanhar o movimento das pernas sem a necessidade de levantar ou arrastar todo o conjunto. As pontas em borracha comum com pega metálica interna para reduzir o desgaste, aumentando a durabilidade, e a manopla é fabricada em material macio, garantindo o conforto do usuário resistância até 130 KG. Tamanho ADULTO BR029389	UN	130	R\$ 148,50	R\$ 19.305,00	dellamed
3	5	58896	Imobilizador TIPOCA VELPEAU Tamanho P. Confeccionado em brim de algodão duplo. Modelo bilateral. Características adicionais: almofadada, fivela plastica segure rapida para regulagem com uma mão. Fecho em velcro BR0452152.	UN	50	R\$ 39,97	R\$ 1.998,50	procorpus
3	6	58897	Imobilizador TIPOCA VELPEAU Tamanho M. Confeccionado em brim de algodão duplo. Modelo bilateral. Características adicionais: almofadada, fivela plastica segure rapida para regulagem com uma mão. Fecho em velcro BR0452150.	UN	50	R\$ 41,34	R\$ 2.067,00	procorpus
3	7	58898	Imobilizador TIPOCA VELPEAU Tamanho G. Confeccionado em brim de algodão duplo. Modelo bilateral. Características adicionais: almofadada, fivela plastica segure rapida para regulagem com uma mão. Fecho em velcro BR0452150.	UN	50	R\$ 39,33	R\$ 1.966,50	procorpus

Item	Item	Codi go	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
			regulagem com uma mão. Fecho em velcro. Fecho em velcro BR0452149.	UN	150	R\$ 110,00	R\$ 16.500,00	procorpus
3	10	62684	Colate Putti baixo Confeccionado em elástico macio, barbatanas em alumínio para modelagem, vias e velcro para fechamento Tamanho P,M, G, EG BR0280273	UN	50	R\$ 120,00	R\$ 6.000,00	procorpus
3	19	50676	Muleta canadense (pat) fina regulável. Confeccionada em alumínio. Apoio de braço em polipropileno. Pao mola ventral de segure rapida. Pontas resistentes e aderentes. Suporta até 110 kg. BR0447075	PAR	160	R\$ 87,00	R\$ 13.920,00	sequencial
3	21	42910	Cadeira de rodas para banho acima de 120kg confeccionada em alumínio tubular com pintura eletrolitica, apoio para pes,apoio para braços com assento sanitário que permite ser eucetado sobre o vaso sanitário normal, providos de quatro rodas pequenas com pneus maciços, sendo as dianteiras fixas e as traseiras giratorias, freio bilateral, comento em courova. BR0404339	UN	52	R\$ 329,50	R\$ 17.134,00	dellamed
3	22	42920	Bota imobilizadora LONGA possui barbatanas laterais metálicas, revestida em tecido acolchoado com espuma, e confeccionada em metal leve e resistente, com solado em eva (bilateral) BR0452213	UN	100	R\$ 101,00	R\$ 10.100,00	procorpus
3	23	42921	Bota imobilizadora CURTA possui barbatanas laterais metálicas, revestida em tecido acolchoado com espuma, e confeccionada em metal leve e resistente, com solado em eva (bilateral).	UN	100	R\$ 87,00	R\$ 8.700,00	procorpus
3	24	42936	Colchão para cama hospitalar confeccionado em espuma de alta resistância densidade D33. Deve suportar pessoas com no mínimo 130 kg. Com dimensões aproximadas 1,88x0,88x0,12 cm, com densidade mínima D33. Deve possuir capa impermeável e durável produzida em courova. BR0394486	UN	80	R\$ 334,90	R\$ 26.792,00	Fa colchoes

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, 07 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cianorte, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO

I - A homologação do procedimento administrativo referente à Licitação nº 135/2023, modalidade Pregão Eletrônico, Processo 363/2023, concernente a Registro de Preços visando à Aquisição de equipamentos de ortese e prótese para distribuição gratuita e meios auxiliares para atendimento a pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

II - A adjudicação do objeto da licitação para as empresas: L. Tramontini Tunes e Cia Ltda como vencedora dos itens, lote 1 itens 2 e 3, lote 2 itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 21, 22, 23 e 24 no valor total de R\$ 348.883,50 (trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos), e M. Médica Produtos Médico Hospitalar Ltda como vencedora dos lote 1 item 1, lote 2 itens 4, 11, 12, 17, 18 e 20 no valor total de R\$ 226.299,20 (duzentos e vinte e seis mil e duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 07 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cianorte, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO

I - A homologação do procedimento administrativo referente à Licitação nº 137/2023, modalidade Pregão Eletrônico, Processo 367/2023, concernente a Contratação de empresa para locação de concentradores de oxigênio e fornecimento de gás oxigênio medicinal com cessão de cilindros em regime de comodato para uso da Secretaria Municipal de Saúde, optando-se desde já pelo prosseguimento licitatório nos termos da(s) Lei(s) 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002.

II - A adjudicação do objeto da licitação para as empresas: AIR LIOQUE BRASIL LTDA como vencedora dos itens 4 e 5 no valor total de R\$ 158.160,00 (cento e cinquenta e oito mil e cinquenta reais), F.C.D.E PAULA JOSE E CIA LTDA como vencedora dos itens 1 a 3 no valor total de R\$ 158.160,00 (cento e cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais).

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 06 de Novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cianorte, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO

I - A homologação do procedimento administrativo referente à Licitação nº 140/2023, modalidade Pregão Eletrônico, Processo 383/2023, concernente a Contratação de empresa para locação de concentradores de oxigênio e fornecimento de gás oxigênio medicinal com cessão de cilindros em regime de comodato para uso da Secretaria Municipal de Saúde, optando-se desde já pelo prosseguimento licitatório nos termos da(s) Lei(s) 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002.

II - A adjudicação do objeto da licitação para as empresas: AIR LIOQUE BRASIL LTDA como vencedora dos itens 4 e 5 no valor total de R\$ 158.160,00 (cento e cinquenta e oito mil e cinquenta reais), F.C.D.E PAULA JOSE E CIA LTDA como vencedora dos itens 1 a 3 no valor total de R\$ 158.160,00 (cento e cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais).

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 25 de Outubro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cianorte, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO

I - A homologação do procedimento administrativo referente à Licitação nº 140/2023, modalidade Pregão Eletrônico, Processo 383/2023, concernente a Contratação de empresa para locação de concentradores de oxigênio e fornecimento de gás oxigênio medicinal com cessão de cilindros em regime de comodato para uso da Secretaria Municipal de Saúde, optando-se desde já pelo prosseguimento licitatório nos termos da(s) Lei(s) 8.666, de 1993, e 10.520, de 2002.

II - A adjudicação do objeto da licitação para as empresas: AIR LIOQUE BRASIL LTDA como vencedora dos itens 4 e 5 no valor total de R\$ 158.160,00 (cento e cinquenta e oito mil e cinquenta reais), F.C.D.E PAULA JOSE E CIA LTDA como vencedora dos itens 1 a 3 no valor total de R\$ 158.160,00 (cento e cinquenta e oito mil, cento e sessenta reais).

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 25 de Outubro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Prefeito

PREFEITURA DE CIANORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 533/2019

Pregão Nº 104/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva de elevadores, com cobertura de peças.

Pelo presente Termo Aditivo resultante do contrato e certame descrito acima, que celebraram entre si o Município de Cianorte - PR, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Marco Antonio Franzato, Portador da Cédula de Identidade RG nº 303702755/SS-PR, e do CPF nº 306.800.839-04, aqui denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa E. W. T. ELEVADORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Augusto de Souza Brando 78, na cidade de Londrina, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.818.747/0001-12, telefone (43)3026-6355, Email: ewt@elevadores@gmail.com, neste ato representada pelo seu sício administrador, o Sr. Egnar Batista dos Santos, portador da Cédula de Identidade 4.109.851-1/SS-PR e do CPF 501.425.429-20, residente e domiciliado em Londrina/PR, doravante denominado, simplesmente CONTRATADA, sem justo e acordado o quanto adiante se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO HISTÓRICO DO CONTRATO

Contrato	Data de assinatura	Execução até	Vigência até	Valor total
533/2019	19/11/2019	19/11/2020	19/11/2020	R\$ 23.280,00

Aditivos

N.º Aditivo	Motivo	Execução até	Vigência até	valor	Valor total
Primeiro	Prazo e valor	19/11/2021	19/11/2021	23.280,00	R\$ 46.560,00
Segundo	Prazo e valor	19/11/2022	19/11/2022	24.118,80	R\$ 70.678,80
Terceiro	Prazo e valor	19/11/2023	19/11/2023	24.118,80	R\$ 94.797,60

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução e vigência até 19/11/2024.

2.2 Registro-se o valor mensal.

2.3 Acrescente-se ao contrato o valor de R\$ 25.155,24 (vinte e cinco mil e cento e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

It em	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor mensal	Valor reajustado	Valor Total R\$
1	2754	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE ELEVADORES EQUIPAMENTOS 082204 E 082205 PARA UM PERÍODO MENSAL.	ME	12	R\$ 2.009,90	R\$ 2.096,27	25.155,24

Ficando o contrato com o valor total de R\$ 119.952,84 (cento e noventa e cinco mil e novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Dotação orçamentária: 06.002.04.122.0004.2036 – Conservação e limpeza 339039 fonte 1000

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As partes ratificadas as demais cláusulas, itens e condições do Contrato descrito acima, desde que não conflitem com o presente TERMO ADITIVO.

Por estarem assim, justos e concordantes, firmam o presente Termo Aditivo, os representantes das partes.

Cianorte - PR, em 07 de novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
CONTRATANTE

Egnar Batista dos Santos
E. W. T. ELEVADORES LTDA
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE CIANORTE

ESTADO DO PARANÁ

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 476/2022

Concorrência Nº 01/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ da Estrada Imbaré no município de Cianorte/PR.

Pelo presente Termo Aditivo resultante do contrato e certame descrito acima, que celebraram entre si o Município de Cianorte - PR, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Marco Antonio Franzato, Portador da Cédula de Identidade RG nº 303702755/SS-PR, e do CPF nº 306.800.839-04, aqui denominado CONTRATANTE e, de outro, a empresa WELLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Braz Izelli, 501, Cidade Industrial, CEP 87070772, na cidade de MARINGÁ/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.984.948/0001-62, telefone (44) 3025-5070, Email: hupulso@weller.com.br, neste ato representada pelo seu sício administrador, o Sr. João Weller, portador da Cédula de Identidade 0 e do CPF 284.296.309-10, residente e domiciliado em Maringá/PR, doravante denominado, simplesmente CONTRATADA, sem justo e acordado o quanto adiante se vê:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO HISTÓRICO DO CONTRATO

Contrato	Data de assinatura	Execução até	Vigência até	Valor total
476/2022	27/06/2022	27/03/2023	27/06/2023	R\$ 7.104.678,82

Aditivos

N.º Aditivo	Motivo	Execução até	Vigência até	valor	Valor total
1	Prazo	27/07/2023	27/09/2023		
2	Prazo	27/11/2023	27/01/2024		

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 O presente termo aditivo tem por objetivo regular o valor de R\$ 239.967,24 (duzentos e trinta e nove mil e novecentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos), ficando o contrato com o valor total de R\$ 8.644.709,58 (oito milhões e oitocentos e sessenta e quatro mil e novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas, itens e condições do Contrato descrito acima, desde que não conflitem com o presente TERMO ADITIVO.

Por estarem assim, justos e concordantes, firmam o presente Termo Aditivo, os representantes das partes.

Cianorte - PR, em 07 de novembro de 2023.

Marco Antonio Franzato
Município de Cianorte
CONTRATANTE

João Weller
WELLER CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CONTRATADA

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Roberto Valle Nicolau – Oficial

Viviane Franca Nicolau – Oficial Substituta

Suzana Gonçalves Mattiazzi – Substituta

Rua Cristóvão Colombo, 261 - 87200-236 - fone (44) 3629-2439 - registro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

ERRATA

Em publicação referente a Prefeitura do Município de Jussara, do dia 01/11/2023, página B-05, Jornal "TRIBUNA DE CIANORTE", na Portaria de nº 217/2023, onde se Lê: 30/10/2023 a 26/04/2023, leia-se 30/10/2023 a 26/04/2024.

Jussara-Pr., 06 de novembro de 2023.-

Robison Pedrosa da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 218/2023

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

C O N C E D E R – A servidora Pública Municipal Senhora LUCIANA MARCATTO VALENTINI, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 96025262 SSP/PR, LICENÇA ESPECIAL, do período aquisitivo de 07/08/2017 a 06/08/2022, com período de concessão para 01/11/2023 a 30/11/2023, conforme dispõe o Artigo 111 da Lei Municipal nº 1710/19 de 30/10/2019 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Jussara) e requerimento protocolado sob nº 10232/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 06 de novembro de 2023.

Robison Pedrosa da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 220/2023

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

C O N C E D E R – A Servidora Pública Municipal Senhora MARIA APARECIDA DOS SANTOS, auxílio doença de 90 (noventa) dias no período de 29/10/2023 a 26/01/2024, conforme dispõe o Artigo 96, da Lei Municipal nº 1.710/2019 de 30/10/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 06 de novembro de 2023.

Robison Pedrosa da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 225/2023

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art.1º - **C O L O C A R** o servidor público municipal o Sr. Moacir Luiz Pereira Valentin, Portador da Cédula de Identidade RG nº 3.997.041-4 SSP/PR., ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, à disposição do Instituto Água e Terra, com ônus para o órgão de origem, mediante ressarcimento do valor correspondente a remuneração, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 09 de novembro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Robison Pedrosa da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 222/2023

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art.1º - **C O L O C A R** o Servidor Público Municipal Senhor EDVALDO DA SILVA LACERDA, Portador da Cédula de Identidade RG nº 7.363.733-3 SSP/PR, a disposição da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com ônus para o Órgão de origem, mediante ressarcimento, do período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 06 de novembro de 2023.

Robison Pedrosa da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
RECURSOS HUMANOS
Av. Princesa Isabel, Nº 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: rh@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 221/2023

O SENHOR ROBISON PEDROSO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art.1º - **C O L O C A R** - A disposição do Tribunal Regional Eleitoral da 88ª Zona Eleitoral, com ônus para a origem, o servidor público municipal o Sr. RODRIGO NICOLINI DIAS, cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Portador da Cédula de Identidade RG nº 6.877.812-3 PR., no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO ROMILDO RUFATO
Aos 06 de novembro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Robison Pedrosa da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

AVISO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2023- PMJ
TIPO: Menor Preço, por Item
Natureza: Presencial

O Município de Jussara, Paraná, torna Público para conhecimento dos interessados a realização de Licitação, no dia **28 de NOVEMBRO de 2023, às 09:00hr**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, conforme abaixo relacionado:

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviço com passeio com veículo tipo Trenzinho, tematizado com decoração de Natal, para oferecer à população entretenimento nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2023, em alusão às Festas Natalinas.
Valor máximo da proposta: R\$ 17.049,96 (dezesete mil, quarenta e nove reais e noventa e seis centavos).

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, ou ainda pelo site www.jussara.pr.gov.br, link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone/fax (44) 3628-1212, ou "e-mail": licitacao@jussara.pr.gov.br.

Paço Municipal de Jussara, em 09 de novembro de 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 186/2022-PMJ

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **ROBISON PEDROSO DA SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 1.128.343-7 SSP-PR e inscrito no CPF nº 007.100.699-01, e de outro lado a empresa **CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.326.878/0001-35, localizada na Rua Jaracatiá, nº 244, CEP nº 87.225-000, na cidade de Japurá, Estado do Paraná, neste ato representada por seu proprietário, Senhor **WILSON FAGUNDES DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº 795.400.749-91, residente e domiciliado na cidade de Japurá, Estado do Paraná, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato Nº 186/2022 de 06/12/2022, identificador nº 2727 na Modalidade de Tomada de Preços Nº 05/2022-PMJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E VIGÊNCIA CONTRATUAL
Fica prorrogado o prazo de execução da obra e a vigência contratual em mais **180 (cento e oitenta) dias**.

CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES
As demais cláusulas do contrato inicial de 06 de dezembro de 2022 permanecem sem modificações e alterações

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 09 de novembro de 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	CLAUDINEI S. DA ROCHA & CIA LTDA WILSON FAGUNDES DOS SANTOS CONTRATADO
TESTEMUNHAS:	
Éder A. M. Marques CPF: 087.719.649-40	Diane Roberta Giroto Cavichioni CPF: 051.576.079-03

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº. 6.468/2023 - PMJ.

Regulamenta o § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Municipal, no âmbito da administração pública do Município de Jussara, Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o a Lei Orgânica do Município e o § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Para os efeitos deste decreto, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras deste Decreto.

CAPÍTULO II
ELABORAÇÃO
Diretrizes Gerais

Art. 3º O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º O ETP será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Conteúdo

Art. 5º No ETP, deverão ser registrados os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) ser realizada audiência ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições, quando pelo objeto e valor, for identificado essa necessidade;

c) em caso de possibilidade de compra ou de locação de bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa; e

d) ser consideradas outras opções menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permissas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 6.471/2023 - PMJ

Disciplina a aplicação das hipóteses de Dispensa de Licitação em Razão do Valor previstas no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o art. 75, incisos I e II, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata da dispensa de valor em razão do valor e o artigo 176 inciso II, § único da Lei Federal nº 14.133/2021 que estabelece o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei para se adequarem quanto as regras relativas a divulgação em sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

CONSIDERANDO o teor dos artigos 22 e 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro),

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido que a publicidade do ato que autoriza as contratações diretas em razão do valor previstas no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, enquanto não adotarem o PNCP, durante o período estabelecido no caput do Art. 176 Lei nº 14.133/2021, deverão ser feitas no Diário Oficial do Município e no Portal de Transparência, do sítio oficial da municipalidade, em até dez (10) dias úteis após a data de sua assinatura.

Parágrafo único. O extrato do contrato ou seu substituto na forma prevista no art. 95 da Lei 14.133 de 2021, deverá ser disponibilizado no Portal da Transparência, do sítio oficial da municipalidade, no prazo estabelecido no Caput deste artigo.

Art. 2º - Na instrução dos processos deverão ser adotados, no que couber, a Lei 14.133 de 2021, em especial os procedimentos de que trata o artigo 72 da respectiva Lei.

Art. 3º - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser observados o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora, com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, com base na partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo único. A pesquisa de preços deverá obedecer às regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 6.470/2023 - PMJ.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependes;

IX - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade.

X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do caput do caput deste artigo, e quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas.

§ 2º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 3º Havendo demonstração no ETP de que não há prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, nos termos do § 2º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º Quando o ETP demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para as contratações de que trata o § 1º do art. 36 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá ser escolhido o critério de julgamento por técnica e preço.

§ 5º Desde que fundamentado no ETP, poderá ser exigido que os serviços de manutenção e assistência técnica, de que trata o inciso IV, sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 6º Na confecção do ETP, os órgãos e entidades deverão pesquisar, no ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.

Art. 7º Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Exceções à elaboração do ETP

Art. 8º A elaboração do ETP:

I - é facultada nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra) da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

II - é dispensada nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada.

CAPÍTULO III
REGRAS ESPECÍFICAS
Contratação de Obras

Art. 9º. Quando da elaboração do ETP para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos, conforme disposto no § 3º do art. 18 da Lei.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientações Finais

Art. 10. Cada Secretaria com seus Secretários ou Diretores, juntamente com os servidores responsáveis pela elaboração do ETP responderão pelas informações nele contidas, devendo quando for o caso assegurar o sigilo e a integridade das informações.

Vigência

Art. 11. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jussara/Pr.

Em, 09 de novembro de 2023.

Robison Pedrosa da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 6.471/2023 - PMJ

Disciplina a aplicação das hipóteses de Dispensa de Licitação em Razão do Valor previstas no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o art. 75, incisos I e II, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata da dispensa de valor em razão do valor e o artigo 176 inciso II, § único da Lei Federal nº 14.133/2021 que estabelece o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei para se adequarem quanto as regras relativas a divulgação em sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

CONSIDERANDO o teor dos artigos 22 e 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro),

DECRETA:


Art. 1º - Fica estabelecido que a publicidade do ato que autoriza as contratações diretas em razão do valor previstas no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, enquanto não adotarem o PNCP, durante o período estabelecido no caput do Art. 176 Lei nº 14.133/2021, deverão ser feitas no Diário Oficial do Município e no Portal de Transparência, do sítio oficial da municipalidade, em até dez (10) dias úteis após a data de sua assinatura.

Parágrafo único. O extrato do contrato ou seu substituto na forma prevista no art. 95 da Lei 14.133 de 2021, deverá ser disponibilizado no Portal da Transparência, do sítio oficial da municipalidade, no prazo estabelecido no Caput deste artigo.


Art. 2º - Na instrução dos processos deverão ser adotados, no que couber, a Lei 14.133 de 2021, em especial os procedimentos de que trata o artigo 72 da respectiva Lei.

Art. 3º - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser observados o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora, com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, com base na partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo único. A pesquisa de preços deverá obedecer às regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 6.470/2023 - PMJ.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



Art. 4º - As contratações referidas nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021 serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Os orçamentos prévios obtidos pela administração através de pesquisa de mercado, recebidos antes da publicação da manifestação prevista no Caput desse artigo, não serão divulgados até que seja finalizado o prazo da referida publicação, sendo considerado o valor da média desses orçamentos o parâmetro de valores contidos na manifestação de interesse.

Art. 5º - Deverá ser indicado de forma expressa no aviso ou instrumento de contratação direta, a legislação que está sendo adotada.

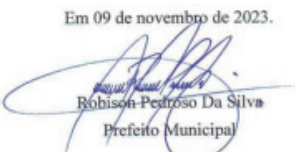
Parágrafo único. Sempre que os valores para contratação forem inferiores a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais) a administração poderá optar pela utilização do processo de dispensa pelo regime da Lei 8.666/93, até o final de sua vigência.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos e minutas necessárias à contratação.


Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jussara/Pr.


Em 09 de novembro de 2023.



Robison Pedroso Da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO Nº 6.470/2023 – PMJ.

SÚMULA: Regulamenta Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021, no que se refere aos procedimentos e metodologia para a realização de pesquisa e análise de preços em geral no Município de Jussara - Estado do Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Título I
Aplicação e conceitos

Art. 1º A pesquisa e análise de preços de referência serão o procedimento e a metodologia a serem utilizados na pesquisa dos valores de mercado em processos licitatórios, inexigibilidade, dispensa e em alterações contratuais no Município de Jussara e seguirá o presente decreto.

§ 1º No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 são autoaplicáveis, regulamentada por esse decreto as especificidades municipais.

§ 2º As disposições constantes neste decreto aplicam-se à Administração Municipal Direta e Indireta.

§ 3º O presente decreto aplica-se, no que couberem, para serviços e para os itens de bens e insumos, inclusive os que compõem a planilha de composição de custo de serviços em geral, bem como às obras e serviços de engenharia.

Art. 2º O presente Decreto tem por fim garantir a prática de preços de mercado nas contratações e ajustes contratuais realizados pelo Município de Jussara, evitando a ocorrência de sobre preço e superfaturamento.

§1º Entende-se por preço de mercado os valores coerentes com as referências de preço dispostas neste decreto.

§2º No processo licitatório e nas contratações diretas, para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros contidos no Art. 3º deste decreto.

Título II
Das Referências de preços

Art. 3º Para fins de aplicação deste Decreto, serão utilizadas no Município de Jussara as seguintes referências de preços:

I – Preços praticados pela própria Administração;

II – Preços praticados por outros órgãos públicos;

III – Cotações junto às empresas do setor que comercializam o produto ou prestam o serviço;

IV – Preços obtidos na internet, em sítios de amplo acesso e da própria empresa; pesquisa publicada em mídia especializada; sítios eletrônicos especializados; sítios oficiais de pesquisa de preços; ferramentas que disponibilizem preços a partir de notas fiscais; tabelas setoriais e/ou outras referências passíveis de registro no processo;

V – Preços ofertados pelas licitantes na fase de lances de certame anterior da própria Administração, utilizando-se sempre os últimos preços ofertados pelos licitantes;

§1º As referências de preços deverão contemplar, sempre que possível, a realidade local e/ou regional.

§2º As referências devem se relacionar com o mesmo objeto que se pretende ter o preço fixado e deverão ter os comprovantes de sua obtenção juntados no processo administrativo respectivo.

Capítulo I
Do preço praticado pela própria Administração

Art. 4º Os preços praticados pela própria Administração serão aqueles constantes em licitações, atas ou contratos, os quais podem ser utilizados estando vigentes ou concluídos, nos seguintes termos:

§1º Consideram-se vigentes os valores constantes de contratos e atas de registro de preço que estejam em execução e os valores de aquisições que tenham sido homologadas nos últimos 12 meses.

§2º Consideram-se concluídos os valores constantes de contratos e atas de registro de preço cuja execução tenha sido encerrada em até dois anos e os valores de aquisições ocorridas nos últimos 12 meses, contados a partir da data de homologação.

§3º Aos preços considerados concluídos, aplicar-se-á correção inflacionária no período, nos termos do art. 27.

Art. 5º Uma vez utilizado como referência o preço praticado pela própria Administração, a empresa responsável pelo mesmo não será novamente consultada para fornecimento de orçamento.

Art. 6º Os preços ofertados pelas empresas na fase de lances de certame anterior da própria Administração se limitam aos ocorridos no período de até um ano da apresentação da proposta e/ou lance.

Parágrafo único. Aos preços ofertados nas condições do caput, aplicar-se-á a correção inflacionária quando decorridos mais de 180 dias de sua oferta, a contar da apresentação da proposta e/ou lance conforme disposto no art. 24.

Capítulo II
Das referências de preços de outros órgãos públicos

Art. 7º A utilização de preços praticados por outros órgãos públicos se limita aos vigentes, ou seja, preços de contratos e atas de registro de preço dentro de sua validade e as aquisições ocorridas até 180 dias de sua homologação.

Parágrafo único. Podem ser aceitos preços de órgãos públicos distintos que tenham um mesmo fornecedor.

Capítulo III
Das referências de preços junto a fornecedores

Art. 8º As cotações obtidas junto às empresas do setor que comercializam o objeto deverão conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, data, nome e assinatura do responsável pela cotação, sendo dispensada a assinatura no caso de orçamentos recebidos por e-mail, devendo este ser também anexado ao processo.

§1º Em caso de cópia de orçamento, o documento deverá ser autenticado por servidor efetivo que o recebeu, mediante assinatura, nome e matrícula.

Capítulo IV
Das referências de preços de internet

Art. 9º. Para as cotações obtidas pela internet deverá ser juntada ao processo a cópia da página pesquisada em que conste o preço, a descrição do bem, data e horário de acesso, CNPJ e domínio do sítio eletrônico.

§1º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.

§2º Não serão utilizados preços promocionais com descontos condicionais ou formas de pagamento que não são usuais pelo Município.

§3º Não serão utilizados produtos indisponíveis ou fora de estoque, devido à possível variação de preço.

Seção I
Banco de Preços em Saúde - BPS

Art. 10. É obrigatória a utilização do Banco de Preços em Saúde – BPS como referência de preços de medicamentos. Não havendo histórico de pesquisa do item no período selecionado, deverá ser anexado comprovante ao processo.

Art. 11. Como regra será utilizada a média ponderada geral (nacional), com período de consulta, no máximo, dos últimos seis meses.

§1º A média ponderada deverá ser descartada quando observados equívocos nos valores e/ou quantitativos lançados, ou quando existirem preços praticados no Estado do Paraná que se apresentem incoerentes com a média geral (nacional) para mais ou menos.

§2º Caso a média ponderada esteja notadamente incoerente com os valores obtidos, conforme parágrafo anterior, deverá ser aplicada a média simples dos preços praticados no Estado do Paraná.

§3º Nos casos dos parágrafos acima, deverá ser inserida ao processo justificativa, devidamente fundamentada, que explique a metodologia adotada.

Título III
Da metodologia para Formação de Preço

Capítulo I
Processo Licitatório Regular

Art. 12. Para formação do preço máximo da licitação deverão ser buscados ao menos 4 (quatro) referências de preços, adotando-se as 3 (três) menores para o cálculo da média, observadas as condições dos arts. 13 e 14.

§1º Quando existente, o preço praticado pela própria Administração será obrigatoriamente considerado como uma das referências de preço.

§2º Além do disposto no §1º deste artigo, deverão ser priorizadas as referências de preços contidas nos itens II e III do art. 3º.


§3º Se não for possível obter quatro referências de preço, deverá ser inserida ao processo justificativa devidamente fundamentada, demonstrando, sempre que possível, as fontes que foram consultadas.

Art. 13. Quando houver preço vigente ou concluído na Administração e a média dos três preços ultrapassá-lo em 30%, o preço máximo será o equivalente ao preço vigente ou concluído acrescido de 30%.


§1º Se as condições de mercado, sazonais ou específicas, demonstrarem ser inexequível o preço máximo fixado a partir do disposto no caput, tal fato deverá ser fundamentado de forma objetiva e detalhada e será adotado o cálculo previsto no caput do art. 12.

§2º Itens que restarem desertos ou fracassados em processo licitatório, poderão ser objeto de nova Formação de Preços, aproveitando-se valores constantes da Planilha de Formação de Preços do processo licitatório original e descartando-se valores que, justificadamente, se mostrem inexequíveis em relação à realidade de mercado. Podendo ser utilizados as referências de preços em até 180 (cento e oitenta) dias da frustração do processo licitatório.

Art. 14. Quando inexistente o preço vigente ou concluído da Administração e um dos três valores citados no caput do art. 12 ultrapassar em 30% a média obtida entre eles, para mais ou para menos, o preço mais distante da média deverá ser descartado, sendo que o preço máximo passará a ser a média das duas outras referências.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



Art. 15. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

Capítulo II
Processos de Alterações Contratuais

Art. 16. Quando da necessidade de comprovação da vantajosidade econômica para alterações contratuais que ensejam validação de preço praticado pelo Município em comparação ao praticado no mercado, deverão ser apresentadas ao menos 3 (três) referências de preço conforme Título II.

§1º Para todos os casos em que for relevante a consideração da marca para a demonstração da vantajosidade, esta deverá ser considerada na pesquisa de preço realizada;

§2º Será utilizada a média simples das referências de preços para fins de validação da pesquisa de preços apresentada, cabendo ao gestor da ata/contrato a análise crítica dos critérios de vantajosidade, bem como avaliar a conveniência das alterações pretendidas.

Capítulo III
Processo de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Art. 17. Para contratação por Inexigibilidade de Licitação com inviabilidade de competição, prevista no art. 74 da Lei 14.133/2021, além da apresentação da proposta nos termos do art. 21, deverão ser comprovados ao menos 3 (três) preços praticados pela empresa junto a outros contratantes da mesma que demonstrem se tratar de preço de mercado.

§1º Para a comprovação mencionada no caput poderão ser utilizadas notas fiscais emitidas pela empresa para outros clientes, bem como preços praticados por esta junto a outros órgãos públicos, emitidas nos últimos 12 (doze) meses.

§2º Na impossibilidade de apresentação de ao menos 3 (três) comprovações, deverá ser inserida ao processo justificativa devidamente fundamentada, podendo utilizar outras referências de preços dispostas no Título II a fim de comprovar que se trata de preço praticado no mercado.

Art. 18. Para contratação por Dispensa de Licitação deverão ser obtidas ao menos 3 (três) propostas junto às empresas do setor que forneçam o objeto pretendido.

Parágrafo único: Se não for possível a obtenção de ao menos 3 (três) propostas, deverá ser inserida ao processo justificativa devidamente fundamentada, demonstrando as empresas consultadas, bem como inseridas outras referências de preços dispostas no Título II a fim de se comprovar que se trata de preço de mercado.

Art. 19. As dispensas enquadradas nos incisos IV alínea a' e k', inciso XV e XVI do art. 75 da 14.133/2021 aplicar-se-ão às exigências constantes no art. 17, ficando estas isentas das previsões contidas no art. 18 deste decreto.

Art. 20. Para os valores de bens imóveis, deverá ser considerado laudo de avaliação dos imóveis do Município, emitidos pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e de Preços Públicos.

Art. 21. As propostas citadas neste Capítulo deverão conter os seguintes requisitos:

I - Razão social, CNPJ, data, telefone e endereço;

II – Nome e assinatura do representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído;

III - Prazo de validade vigente.

Título IV
Disposições Gerais

Art. 22. Na planilha de formação de preços deverá constar, sempre que existir, as marcas dos objetos cotados nos preços de referência.

Art. 23. As referências de preços poderão ser utilizadas dentro de 180 (cento e oitenta) dias após a emissão do documento.

Art. 24. Considerar-se-á como solicitação formal de cotação para os fins do artigo 3º, III, a solicitação efetuada pela administração pública, através do Departamento de Compras Ou Secretaria requerente, encaminhada por meio físico ou na forma digital por e-mail, devendo os respectivos documentos serem encartados aos autos.

Art. 25. Caberá ao Departamento de Compras e a Secretaria que realizou a pesquisa de preços, quando for o caso, a apuração do valor estimado com base no melhor preço aferido.

§1º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§2º Serão desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverá ser devidamente fundamentada através de justificativa a ser elaborada pelo Departamento de Compras ou Secretaria que realizou a pesquisa de preços.

Art. 26. A pesquisa de preços é dispensável nas hipóteses do §2º do artigo 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, respondendo o agente contratante quando comprovada aquisição por preços excessivos.

Art. 27. A correção inflacionária de que trata este Decreto será aplicada somente aos preços praticados pela própria Administração quando concluídos nos termos do artigo 4º, §2º, sendo medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Será utilizado como data inicial para correção inflacionária dos preços praticados pela Administração o mês da homologação e como data final o mês do último índice disponível.

Art. 28. A justificativa do processo licitatório será sempre clara, técnica e precisa, e deverá indicar as metas e objetivos que se pretendem alcançar com a aquisição do objeto, sendo vedadas justificativas genéricas incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração.

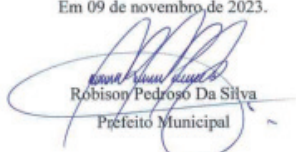
Art. 29. A definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em processos licitatórios devem levar em conta o histórico de consumo e a provável utilização no período do contrato ou Ata, sendo obtidas, sempre que possível, mediante adequadas técnicas de estimativas e mensuração, que deverão integrar o processo licitatório.

Art. 30. Casos omissos ou que eventualmente possam frustrar o processo licitatório, no que tange à formação de preços, serão decididos pela Comissão de Contratação juntamente com o Agente de Contratação e Projeção.


Art. 31. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jussara/Pr.


Em 09 de novembro de 2023.



Robison Pedroso Da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO Nº 6.471/2023 - PMJ

Disciplina a aplicação das hipóteses de Dispensa de Licitação em Razão do Valor previstas no art. 75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o art. 75, incisos I e II, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata da dispensa de valor em razão do valor e o artigo 176 inciso II, § único da Lei Federal nº 14.133/2021 que estabelece o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei para se adequarem quanto as regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

CONSIDERANDO o teor dos artigos 22 e 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro),

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido que a publicidade do ato que autoriza as contratações diretas em razão do valor previstas no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, enquanto não adotarem o PNCP, durante o período estabelecido no caput do Art. 176 Lei nº 14.133/2021, deverão ser feitas no Diário Oficial do Município e no Portal de Transparência, do sítio oficial da municipalidade, em até dez (10) dias úteis após a data de sua assinatura.

Parágrafo único. O extrato do contrato ou seu substituto na forma prevista no art. 95 da Lei 14.133 de 2021, deverá ser disponibilizado no Portal da Transparência, do sítio oficial da municipalidade, no prazo estabelecido no Caput deste artigo.

Art. 2º - Na instrução dos processos deverão ser adotados, no que couber, a Lei 14.133 de 2021, em especial os procedimentos de que trata o artigo 72 da respectiva Lei.

Art. 3º - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021, deverão ser observados o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora, com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, com base na partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo único. A pesquisa de preços deverá obedecer às regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 6.470/2023 - PMJ.

Art. 4º - As contratações referidas nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133 de 2021 serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Os orçamentos prévios obtidos pela administração através de pesquisa de mercado, recebidos antes da publicação da manifestação prevista no Caput desse artigo, não serão divulgados até que seja finalizado o prazo da referida publicação, sendo considerado o valor da média desses orçamentos o parâmetro de valores contidos na manifestação de interesse.

Art. 5º - Deverá ser indicado de forma expressa no aviso ou instrumento de contratação direta, a legislação que está sendo adotada.


Parágrafo único. Sempre que os valores para contratação forem inferiores a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais) a administração poderá optar pela utilização do processo de dispensa pelo regime da Lei 8.666/93, até o final de sua vigência.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos e minutas necessárias à contratação.


Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jussara/Pr.


Em 09 de novembro de 2023.



Robison Pedroso Da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2021-PMJ

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **ROBISON PEDROSO DA SILVA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 1.128.343-7 SSP-PR e CPF nº 007.100.699-01, e do outro lado a **CONSTRUTORA LONGUINI LTDA**, CNPJ nº 16.514.870/0001-19, com sede na Rua Edmundo Mercer Junior, nº 1565, Jardim Alvorada, CEP nº 87.400-000, Tel. 44 3676-1175, e-mail longuini_construtora@hotmail.com na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Administrador Senhor **ANDRÉ LONGUINI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 088.893.329-05 e portador do RG sob nº 9.185.564-0 SSP/PR, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do Contrato nº 109/2021 de 02/12/2021, identificador nº 2336, vinculado a Tomada de Preços nº 06-2021-PMJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA OBRA
Prolonga-se a vigência contratual e a execução da obra de **02-12-2023 a 02-12-2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES
As demais cláusulas do contrato inicial de 02 de dezembro de 2021 permanecem sem modificações e alterações.


E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

Prefeitura do Município de Jussara, 09 de novembro 2023.


ROBISON PEDROSO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	CONSTRUTORA LONGUINI LTDA ANDRÉ LONGUINI JUNIOR CONTRATADO
--	--

TESTEMUNHAS:

Josué Vieira dos Santos CPF: 815.473.319-68	Regina Rinaldi Silva CPF: 045.091.359-71
---	--



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



DECRETO Nº 6.469/2023 – PMJ.

"Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Jussara-Estado do Paraná e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração direta e indireta municipal.

Art. 3º Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 4º O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Art. 5º O Município deverá elaborar Estudo Técnico Preliminar nos termos do Decreto Municipal nº 6.468/2023 - PMJ.

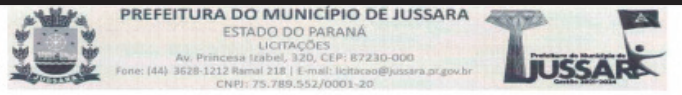
Art. 6º Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo, sendo considerados:

I - artigo de qualidade comum: bem de consumo que detém baixa ou moderada elasticidade-renda de demanda, em função da renda do indivíduo em uma sociedade;

II- artigo de luxo: bem de consumo ostentatório que detém alta elasticidade - renda de demanda, em função da renda do indivíduo em uma sociedade;

III- elasticidade-renda de demanda: razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média dos consumidores.

§ 1º Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que,



atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º Na classificação de um artigo como sendo de luxo o Órgão deverá considerar:

- relatividade cultural: distinta percepção sobre o artigo, em função da cultura local, desde que haja impacto no preço do artigo;
- relatividade econômica: variáveis econômicas que incidem sobre o preço do artigo, especialmente a facilidade/difícultade logística regional ou local de acesso ao bem; e
- relatividade temporal: mudança das variáveis mercadológicas do artigo ao longo do tempo, em tempo de evolução tecnológica, tendências sociais, alterações de disponibilidade no mercado e modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 7º No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber e será regulamentado no Decreto Municipal nº 6.470/2023 - PMJ - (Decreto da Pesquisa de Preço).

Art. 8º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, adotando - se como parâmetro normativo para a elaboração do programa e sua implementação, no que couber, o disposto no Capítulo III do Decreto Federal nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

§ 1º Decorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no caput sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

§ 2º Considera-se grande vulto a contratação cujo valor estimado seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 3º O valor de que trata o §2º será atualizado pelo IPCA, tendo por data base o dia da publicação deste Decreto.

Art. 9 º Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I- realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II- ser conduzido por um servidor designado pela autoridade competente da Administração ou por um leiloeiro oficial.

III- elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV- realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

Art.10. Desde que objetivamente mensuráveis, fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

§ 1º A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerando todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculo usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

Art.11. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

Art.12. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

Art.13. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá oferecer contraproposta.

Art. 14. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 15 Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive execução de obras e serviços de engenharia.

Art. 16 As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º Em âmbito municipal, o Sistema de Registro de Preços será regulamentado por Decreto específico.

Art. 17. O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias, bem como os interessados poderão se credenciar no decorrer do prazo de vigência do processo administrativo.

Art. 18. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 19. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, for exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

Art. 20. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

- provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

- provisoriamente, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita do contratado;
- definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

§ 1º O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

Art. 21. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Gestor do Contrato.

Art. 22. Em âmbito municipal, a publicação que se refere o art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderá ser realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo ser divulgado conforme segue:

I- quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município e no site do Município, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas;

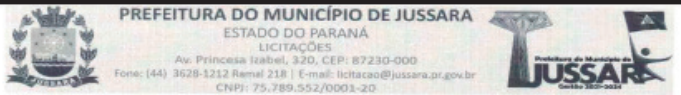
II- quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência do Município, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas;

III- as contratações eletrônicas poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico integrado à plataforma de operacionalização do Governo Federal, podendo, de forma justificada utilizar sistema próprio ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados ao PNCP.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II acima ocorrerá sem prejuízo da respectiva divulgação em sítio eletrônico oficial, sempre que previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 23. Toda prestação de serviços contratada pelo Município não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Art. 24. Os contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, salvo aqueles que se enquadrem na situação prevista na



parte final do art. 108 do Código Civil, sendo que o teor dos mesmos deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 25. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com autorização expressa e formal do Chefe do Executivo, poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 26. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jussara/Pr.

Em, 09 de novembro de 2023.

ROBISON PEDROSA DA SILVA
Prefeito Municipal



DECRETO Nº. 6.472/2023 - PMJ

Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública do Município de Jussara, Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública do Município de Jussara, Estado do Paraná.

DECRETA

Art. 1º O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. A autoridade competente poderá designar, em ato próprio, mais de um agente de contratação, e deverá dispor sobre a forma de coordenação entre eles.

Art. 2º A equipe de apoio e os respectivos substitutos serão designados pelo chefe do poder executivo municipal, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos do art. 7º e § 1º do art. 8º.

Parágrafo único. A equipe de apoio de que trata o caput poderá ser composta por terceiros, desde que demonstrado que não incorra nos impedimentos dispostos no art. 7º.

Art. 3º A comissão de contratação ou de licitação e seus respectivos substitutos serão designados pelo chefe do poder executivo municipal, conforme os requisitos estabelecidos no art. 7º, entre um conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

Art. 4º Na licitação na modalidade diálogo competitivo, a comissão será composta de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Art. 5º Os gestores e fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da Administração designados pelo chefe do poder executivo municipal, conforme requisitos estabelecidos no art. 9º, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 16 a 20.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 2º Na indicação de servidor devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por agente público e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3º As eventuais necessidades de desenvolvimento de competências de agentes para fins de fiscalização e gestão contratual deverão ser evidenciadas no estudo técnico preliminar, e deverão ser sanadas, se for o caso, previamente à celebração do contrato, conforme dispõe o inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 4º A hipótese do § 3º não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais no município, devendo levar em consideração as limitações de recursos humanos que possui município de pequeno porte.

Art. 6º Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela Administração, observado o disposto no art. 10 e art. 18.

Art. 7º Os agentes públicos designados para o cumprimento do disposto neste Decreto deverão preencher os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública do Município de Jussara/PR;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação de capacitação relacionada a licitação ou gestão pública, emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público, ou qualificação profissional; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Art. 8º. A licitação será conduzida por Agente de Contratação, agente público designado entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º - O Agente de Contratação será auxiliado por Equipe de Apoio composta por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos, sendo 2 (dois) membros titulares e 1 (um) membro suplente.

§ 2º - Para a condução de licitação na modalidade diálogo competitivo, de que trata o art. 32 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designada comissão de contratação composta de, pelo menos, 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão, os quais assinarão termo de confidencialidade e abster-se-ão de atividades que possam configurar conflito de interesses.

§ 3º - Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, os agentes públicos indicados no *caput* e § 1º deste artigo constituirão Comissão de Contratação, sob a presidência do primeiro, com atribuições de condução dos respectivos processos em todas as suas fases.

Art. 9º - No caso de licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por Comissão Especial de Contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, observados os requisitos previstos no art. 2º deste decreto.

Parágrafo único. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

Art. 10. Fica vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, em observância ao princípio da segregação de funções, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Art. 11. Deverão ser observados os impedimentos dispostos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, quando da designação do agente público para atuar na área de licitações e contratos e do terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 12. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, impulsionando o procedimento, inclusive demandando às áreas internas das unidades de compras descentralizadas ou não, o saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação do Plano de Contratação Anual, seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;

III - conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

b) coordenar a sessão pública;

c) verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital, em relação à proposta mais bem classificada;

d) verificar e julgar as condições de habilitação;

e) sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

f) encaminhar à comissão de contratação os documentos de habilitação, caso verifique a possibilidade de sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§ 1º Nos processos licitatórios na modalidade “Pregão” o Agente de Contratação será denominado “Pregoeiro”.

§ 2º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 2º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.



§ 3º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater ao acompanhamento e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, extinguindo-se do cunho operacional da elaboração dos estudos preliminares, projetos e anteprojetos, termos de referência, pesquisas de preço e, preferencialmente, minutas de editais.

§ 4º Para fins do acompanhamento de que trata o inciso II, o setor de contratações enviará ao agente de contratações o relatório de riscos de sendo o agente impulsionar os processos constante do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício.

§ 5º O agente de contratação poderá delegar a competência disposta nos incisos I e II do caput, desde que justificadamente.

Art. 13. O agente de contratação poderá solicitar manifestação da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar suas decisões.

Parágrafo único. Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação deve avaliar as manifestações de que tratam o caput, para corrigir, se for o caso, eventuais disfunções que possam comprometer a eficiência da medida que será adotada, quando essas orientações deixarem de aplicar a jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

Art. 14. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na sessão pública da licitação.

§ 1º A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, para o desempenho das funções.

§ 2º Caberá à equipe de apoio avaliar as manifestações de que tratam o § 1º, conforme o disposto no parágrafo único do art. 13.

Art. 15. Caberá à comissão de contratação ou de licitação, entre outras:

I - substituir o agente de contratação, observado o art. 14, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no parágrafo único do art. 2º e no art. 10;

II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado, no que couber, o disposto no art. 13;

III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação; e

IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos definidos neste regulamento.

Parágrafo único. Os membros da comissão de contratação quando substituírem o agente de contratação, na forma do inciso I do caput, responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 16. A comissão de contratação poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Parágrafo único. Caberá à comissão de contratação avaliar as manifestações de que tratam o caput, conforme o disposto no parágrafo único do art. 13.

Art. 17. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

I - gestão do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II - fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

III - fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento; e

IV - fiscalização setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

Parágrafo único. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, devendo ser exercidas por agentes públicos, equipe de fiscalização ou único agente público, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

Art. 18. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõe os incisos II, III e IV do art. 19.

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

IV - coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 18;

VI - constituir relatório final, de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento; e

IX - diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

Art. 19. Cabe ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados e verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

VI - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência participar da atualização do

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE de
INDIANÓPOLIS - CMSI
LEI Nº 094/2004**



RESOLUÇÃO N.º 029/2023

Súmula: Aprova a Resolução SESA nº 105/2023, que dispõe sobre a adesão ao Projeto de Distribuição de Equipamentos da Secretaria Estadual de Saúde visando o recebimento de Equipamentos Odontológicos.

O Conselho Municipal de Saúde de Indianópolis – CMSI, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 094/2004, de 27/10/2004.

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada, no dia 09/11/2023;


CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 6.080/90;

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar a Resolução SESA nº 105/2023, que dispõe sobre a adesão ao Projeto de Distribuição de Equipamentos da Secretaria Estadual de Saúde visando o recebimento de Equipamentos Odontológicos.

Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indianópolis, 09 de novembro de 2023.



VALDINEIA APARECIDA DA SILVA DE MELLO
Presidente

Avenida Santos Dumont s/nº, Centro CEP: 87235-000 – Fone: (44) 3674-1020
cms@indianopolis.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
 Fone: (44) 3635-1327 - Fax: (44) 3635-1300 - C.G.C. 15.783.549/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ


PORTARIA N.º 265 / 2023

ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ – COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTIDO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL N.º 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

RESOLVE


CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES À QUE TEM DIREITO O FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR ARLINDO RENOSTO, LOTADO NO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS, CARGO DE AUXILIOAR DE SERVIÇOS GERAIS, A PARTIR DE 07/11/2023 A 06/12/2023, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 01/10/2020 A 30/09/2021.

PAÇO MUNICIPAL “MANOEL PERES FILHO” DE JAPURÁ – ESTADO DO PARANÁ EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023.




ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Bolívar N.º 363, Centro, CEP 87235-000

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ**
CNPJ: 29.381.179/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FECCHIO, 248 - FONE/ FAX: (0xx44) 3667-1280
e-mail: prefeituraasaotome@gmail.com
CEP: 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2023
LICITAÇÃO Nº 125/2023 - Pregão Nº40/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: COMERCIO DE ARMARINHOS DANY LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARMARINHO, DESTINADOS AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ-PR
VALOR GLOBAL: R\$ 5.516,35 (Oitenta e Cinco Mil, Quinhentos e Dezesesseis Reais e Trinta e Cinco Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 09/11/2023


OCÉLIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de São Tomé**

C.N.P.J. 75 381 178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO FOCCIO, 248 - FONE / FAX: (0xx44) 3667-1280
E-MAIL: prefeitura.saotome@gmail.com
CEP. 87220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2023
LICITAÇÃO Nº 125/2023 DE SÃO TOMÉ
CONTRATADO: SARA ONLINE INFORMATICA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARMARINHO, DESTINADOS AOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ-PR
VALOR GLOBAL: R\$ 9.430,50 (Oitenta e Nove Mil, Quatrocentos e Trinta Reais e Cinquenta Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 09/11/2023

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de São Tomé

CNP J 75 381 178/0001-29

PRACA PROFESSOR PEDRO FECHICHO, 248 - FONE: (0xx44) 3607-1280

e-mail: prefeitura.sao tome@gmail.com

SÃO TOMÉ

CEP 87220-000

PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 6

CONTRATO Nº 47/2023

LICITAÇÃO Nº 72/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ

CONTRATADO: AUTO POSTO DE SÃO TOMÉ LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de valor do Contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço dos itens abaixo relacionados, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Conforme disposto na cláusula terceira do contrato original e artigo 65 da Lei 8.666/93. A dedução constante dessa Cláusula corresponde a supressão dos preços verificados no levantamento de preços constantes nas notas fiscais de compra.

Lote	Item	Descrição do produto/serviço.	Unid.	Preço unit.	% Reajustado	Preço Unit. Reaj.
01	02	Diesel S-10	L	8,09	-2,30%	5,95
01	04	Diesel S500	L	5,99	-4,01%	5,75

DATA DE ASSINATURA: 25/10/2023.



Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 363, Centro, CEP: 87225-000, Japurá-Paraná.
 Fone: (44) 3635-1327; Fax: (44) 3635-1300 - E-mail: pm@japura.pa.gov.br e ou licitajapura@gmail.com
 CNPJ: 75.788.349-0001-39

AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO N.º 139/2023
Processo dispensa N.º 23/2023

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA CRIATIVA E TREINAMENTO PARA GESTORES DE CULTURA RELACIONADOS À APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 195 - DE JAILÃO GUSTAVO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTA E ESPORTES DE JAPURÁ.

Passado o prazo recursal, torna-se publica a adjudicação do procedimento licitatório em epígrafe:

NOS CONSULTORIA E CONTEUDO CRIATIVO LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Qtda	Preço	Preço Total
	1	CONSULTORIA CRIATIVA E TREINAMENTO P GESTORES DE CULTURA RELACIONADOS A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 195 - DE JAILÃO GUSTAVO, Objeto: AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO E CHAMAMENTO DE EDITAIS PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS (INCLUI DO MÓDULOS DE MINUTAS / CHAMAMENTOS / EDITAIS - PARCERIAS - ACOMPANHAMENTO NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E - SUPORTE TÉCNICO.	SERV	1,00	4.978,86	4.978,86
					TOTAL	4.978,86

Japurá, 09/11/2023.

WILLIAN FERREIRA SARDI
Presidente Substituto da Comissão de Licitações
Portaria 27/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ
Paço Municipal "Manoel Pires Filho"
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 182 /2023

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japurá, Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO o contido na Lei Municipal Nº 024/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Japurá, e Decreto de Nomenclatura Nº 104/2018 de 02/04/2018;

D E C R E T A

Art. 1º – Fica EXONERADA a Pedido do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, deste Município a Senhora VANESSA CRISTINA FRANCISCO AMARAL, Matrícula Nº 841, a partir de 08 de novembro de 2023.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto de Nomenclatura Nº 104/2018 de 02/04/2018.

Paço Municipal Manoel Pires Filho de Japurá em 08 de novembro de 2023.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Av. Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87223-000 – e-mail: dc@japura.pr.gov.br

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO REICHEL, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
CEP 87.220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ
e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 015/2023

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, através do presente Edital, CONVOCA as pessoas abaixo relacionadas, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste edital, munidos da documentação necessária para contratação em cargo de provimento efetivo, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, aberto pelo EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023, e homologação o resultado final através do DECRETO Nº 1.153/2023.

PROFESSOR

NOME	CLASSIFICAÇÃO
NILTON TAVARES JUNIOR	06º
VALERIA MANZOTTI DE SOUZA	07º
DANIELI GOMES DA SILVA	08º
NATALIA HELENA MAREIA	09º
ILIAN LUCIANA MORO	10º
TATIANE SOUZA FERNANDES MONTEIRO	11º
ANA CAROLINA SOUZA STOKO BRAZATTO	12º
DEBORA DANIELI RIBEIRO MARTINS TIESCHI	13º
GLECELAINE DE LIMA	14º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ROZILAIANE MARIA MUNIZ	01º
ERICA ELIER PRIETO FRANZOIA	04º
ROSIMEIRE AMORIM PAZINI DE SOUZA	05º

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- Cópia da Carteira de Identidade
- Cópia do C.P.F
- Certidão de Regularidade do C.P.F, obtida no endereço <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPE/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>
- Cópia do Título de Eleitor
- Certidão de Quitação Eleitoral ou Comprovante de votação da última eleição, obtida no endereço <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidao/certidao-de-quitaacao-eleitoral>
- Carteira de Trabalho
- Carteira de Trabalho Digital
- Cópia do Certificado de Reservista

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO REICHEL, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
CEP 87.220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ
e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br

➢ Cópia do PIS/Pasep

➢ Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento

➢ Cópia do Registro de Nascimento dos filhos menores de 21 anos

➢ Cópia do C.P.F. dos Dependentes

➢ 01 foto 3x4 recente

➢ Comprovante de Habilitação exigida para o ingresso no cargo

➢ Certidão Judicial Civil, fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato reside, obtida no endereço <https://www2.trf4.jus.br/tfd4/processos/certidao>

➢ Certidão Judicial Criminal, fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato reside, obtida no endereço <https://www2.trf4.jus.br/tfd4/processos/certidao>

➢ Certidão Negativa do Fórum, do Cartório Distribuidor

➢ Atestado de Antecedentes Criminais da Polícia Civil, obtida no endereço <https://www.policiacivil.pr.gov.br/Pagina/Solicitar-Atestado>

➢ Declaração sobre exercício de outro cargo (acumulo de cargo)

➢ Exame Médico Admisional para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), a ser formulado e emitido por empresa credenciada, bem como exames complementares

➢ Para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais – Feminino e Auxiliar de Serviços – Masculino, deverá ser apresentado Raio X do Tórax e Raio X Total da Coluna, com Lado

➢ Declaração de bens

➢ Consulta de qualificação cadastral CQC do E-Social, obtida no endereço <http://consultacadastral.inss.gov.br/consultar/pages/index.shtml>

➢ Comprovante de residência

➢ Conta Corrente no Banco Bradesco, onde o convocado seja o titular

As cópias dos documentos exigidos deverão ser acompanhadas dos originais para conferência.

OBSERVAÇÃO: OS PROFESSORES CONVOCADOS NESTE ATO ENTRARÃO EM EXERCÍCIO APENAS EM 01/02/2024.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 10 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2023.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO REICHEL, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
CEP 87.220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ
e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br

PORTARIA Nº 3.382/2023

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE, Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art.1º - Fica concedida férias regulamentares a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal NAYANE NASCIMENTO PRONATI, referente ao período de trabalho compreendido entre 04/03/2021 a 03/03/2022, para serem gozadas entre os dias 11/12/2023 a 09/01/2024.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 09 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRES.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ 75.381.178/0001-29
PRAÇA PROFESSOR PEDRO REICHEL, 248 - FONE / FAX: (44) 3607-1280
CEP 87.220-000 - SÃO TOMÉ - PARANÁ
e-mail: prefeitura@saotome.pr.gov.br

PORTARIA Nº 3.383/2023

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE, Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art.1º - Fica concedida férias parceladas em conformidade com o artigo 131, § 3º da Lei 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé) a(o) servidor(a) municipal ALINE BRONZI BRUGNARI, referente ao período de trabalho compreendido entre 16/03/2022 a 15/03/2023, para serem gozadas entre os dias 27/12/2023 a 10/01/2024, totalizando 15 dias.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ANTONIO ARICINI DA SILVA, AOS 09 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRES.

OCELIO CESAR FERREIRA LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 644-1114, 644-1183, 644-1100 e 644-1178
Site: saomaneldoparana.com.br e-mail: pm@saomaneldoparana.com.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C.G.C. - 80.909.617/0001-63

PORTARIA Nº 086/2023

Dispõe sobre a designação de servidores públicos para Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais e dá outras providências.

Aginaldo Trevisan, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Designa a servidora ANDRESSA FAUSTINO DE SOUZA portadora do RG.Nº 10.xxxxxx2(SSP-PR), como SECRETÁRIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Paço Municipal "13 de setembro" de São Manoel do Paraná em 09 de novembro de 2023.

Aginaldo Trevisan
Prefeito Municipal
Assinatura Original

MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 644-1114 e 644-1100
e-mail: pm@saomaneldoparana.com.br e-mail: saomaneldoparana@saomaneldoparana.com.br - C.G.C. - 80.909.617/0001-63
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná

DECRETO Nº 214/2023

"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista autorização do inciso II do artigo 7º, da Lei Municipal nº 31/2022 de 29/11/2022 e o que dispõe o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento do exercício financeiro corrente, a seguinte dotação orçamentária:

Suplementar	Código	Descrição	Valor
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0007.2034	Bloco de Média e Alta Complexidade		
3.3.92.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1725	0006-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		27.025,36
10.304.0007.2035	Bloco de Vigilância em Saúde - Sanitária		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1758	0009-Vigilância em Saúde		50.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1775	0009-Vigilância em Saúde		29.981,96
	SUBTOTAL		107.007,32
	TOTAL		107.007,32

Art. 2º - Como recurso para abertura do crédito orçamentário de que trata o artigo anterior, serão utilizados o excesso de Arrecadação nas seguintes origens:

Conta de receita	Descrição	Valor
1.7.2.3.50.0.1.05.00.0.0	FAF ESTADUAL CUSTEIO - RES 1413/2023	27.025,36
0.00		
1.7.2.3.50.0.1.02.00.0.0	INCENTIVO ESTADUAL À SAÚDE - PROVISÃO	79.981,96
0.00		
	TOTAL	107.007,32

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Manoel do Paraná, 09 de novembro de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(assinado no original)

CMDPI
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-2474
Lei Municipal 017/2016 - Lei Federal 10.741/2003
Japurá - Paraná

RESOLUÇÃO 003/2023

SÚMULA: O C.M.D.P.I - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, aprova o termo de adesão da deliberação 024/2023-CEDUPR e aprova o plano de ação da deliberação estadual 024/2023 CEDUPR

O C.M.D.P.I - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 017/2016.

CONSIDERANDO: a deliberação da plenária realizada no dia 09 de novembro de 2023, Ata nº 11/2023.

RESOLVE

Art.1º. Aprovar o Termo de Adesão da Deliberação Estadual nº 024/2023-CEDUPR.

Art. 2º Aprovar o Plano de Ação da Deliberação nº 024/2023-CEDUPR.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Japurá, 09 de novembro de 2023.

Bruna Mantovani
Presidente do CMDPI

CMDM
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
Rua Curitiba, 370 - Fone: (44) 3635-1041
Lei Municipal Nº. 027/2017
Japurá - Paraná

RESOLUÇÃO 001/2023

SÚMULA: O C.M.D.M - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº.027/2017.

CONSIDERANDO: a deliberação da plenária realizada no dia 09 de novembro de 2023. Ata nº 02/2023.

RESOLVE

Art.1º. Aprovar o Termo de Adesão da Deliberação 006/2023-CMDPR do Sistema de Acompanhamento de Financiamento Estadual Fundo a Fundo-SIFF.

Art. 2º. Aprovar o Plano de Ação da Deliberação 008/2023-CMDPR do Sistema de Acompanhamento de Financiamento Estadual Fundo a Fundo-SIFF.

Art.3º Aprovar a eleição de Presidente, vice Presidente e Secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ocorrida no dia 09 de novembro as 9:00 horas na sede da Secretaria de Assistência Social.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Japurá, 09 de novembro de 2023.

Hugo Fernando Amorim Cardoso
Secretário Ad Hoc do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

BNC
Extrato de publicação
DISPENSA ELETRÔNICA - 039/2023
Nº PROC. ADM. 089/2023

Extrato de licitação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS, de acordo com a regulamentação Lei nº 1433 realizada a DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido pelo condutor LEONARDO BEUMER CARDOSO e tendo como autoridade JULIANO TREVISAN CORDEIRO.

PUBLICAÇÃO: 09/11/2023 13:39
ÍNDICE MEL. PROPOSTA: 09/11/2023 13:39
FAX MEL. PROPOSTA: 09/11/2023 08:00
ÍNDICE SUPPLANT: 09/11/2023 08:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO DE ENCAMINHAMENTO: ABERTO
EXCLUSÃO MEL. SUPL: VALOR TOTAL DE LICITAÇÃO: R\$ 5.140.000

OBJETO DO PROCESSO

Contratação de empresa para aquisição de forma onerosa, insumos e materiais para utilização pelo Setor de Assistência Social na Área Comunitária.

Para demais informações consulte via e-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br, endereço: 43070-120 no bairro Pádua, www.indianopolis.pr.gov.br, ou pelo telefone: (41) 3237-3000.

LEONARDO BEUMER CARDOSO
R000000000-0001/2023

Prefeitura Municipal de Japurá
e-mail: licitacao@japura.pr.gov.br e-mail: japura@japura.pr.gov.br
Endereço: Rua Paraná, 50 - Japurá - Paraná - CEP: 87.215-000

3º TERMO ADITIVO
PROCESSO DE DISPENSA Nº 118/2021

LIÇÃO Nº 04/2023
Dispensa de Licitação Nº 21/2021

O Município de Japurá, com sede na Av. Bolívar, 363, inscrito no CNPJ nº 07.75.788.349/0001-39, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Sr. Prefeita ADRIANA CRISTINA POLIZER, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a(o) JULIANE ZEPONE FADONI, com endereço a ESTRADA AGUAPEI, KM 01 CONDO CANDIDA - CEP: 87222-000 - BARROCO, CENTRO, Japurá/PR, portador (a) do CPF nº 005.788.569-99, a seguir denominada CONTRATADA, nos termos do que dispõe da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo e em face do resultado obtido na Dispensa de Licitação nº 202/2021, firmam o presente termo aditivo ao PROCESSO DE DISPENSA Nº 118/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO E VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da DISPENSA Nº 21/2021, até o dia 12/01/2024, e o acréscimo de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) do qual a contratada saiu vencedora no Processo Licitatório nº 118/2021, conforme permissivo artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/93.

ÍTEM	Item	Quantidade	Descrição do produto/serviço	Unid.	Qtda.	Preço unit.	Preço total
1001	1	8000	LOCACAO DE MOVEL	MES	2,00	1.000,00	2.000,00
	TOTAL						2.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO
Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial do Município, na forma de extrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetadas pelo presente aditamento. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratadas o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Japurá, 09 dias de novembro de 2023.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

JULIANE ZEPONE FADONI
Contratada

Testemunhas:
Felipe Junior Venancio da Silva
CPF: 103.487.219-27
Willian Ferreira Sardi
CPF: 634.462.439-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Paul, 36 - Telefone: (0xx44) 3684.1206 / 3684.1210
CEP 87.813-000 - CUNHATUBA - JAPURÁ - PARANÁ
e-mail: pm@guaporema.pr.gov.br

DECRETO Nº 3223/2023.

Ementa: Decreta luto oficial por 3 (três) dias no Município de Guaporema-PR, em virtude do falecimento da Sr.ª MARIA NAZARETH SIQUEIRA ZOLIN.

Preâmbulo: O Prefeito do Município de Guaporema – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado por 03 (três) dias, Luto Oficial no Município de Guaporema, contados desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da Sr.ª MARIA NAZARETH SIQUEIRA ZOLIN.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e archive-se.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aos nove dias do mês de novembro do ano de Dois Mil e Vinte e três. (09-11-2023).

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 118/2023 – PMSMP

O Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Paraná, nº 50, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.909.617/0001-63, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços referente ao processo licitatório Pregão na forma Eletrônica Sistema Registro de Preço nº 55/2023 – PMSMP.

Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 08 de novembro de 2023.

Objeto: A presente Ata tem por objeto a formação de registro de preços para FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.

Licitante: ALLINE SERVICOS COMERCIO LTDA – ME, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 43.861.244/0001-59, com sede na Av. Primeiro de Maio, nº 729 A, Vila Junção, CEP: 96.202-172, telefone: (53) 9192-0025, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Valor total: R\$ 11.590,70 (Onze mil, quinhentos e noventa reais e setenta centavos).

Item	Descrição	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
35	CONJUNTO COM 1 TOMADA + 2 LUMI. C/ 2 2P+1 10A	ALUMI	QUADRUPLX 25mm	UNID	30,00	10,80	324,00
82	DISJUNTOR 3X150A TIPO OMNI	ALUMI	QUADRUPLX 25mm	UNID	202,00	11,070	2.234,10
131	RAMAL QUADRUPLX 25	ALUMI	QUADRUPLX 25mm	UNID	300,00	0,80	240,00
131	RAMAL QUADRUPLX 35	ALUMI	QUADRUPLX 35mm	UNID	300,00	0,12	36,00
132	RAMAL TRIPLEX 16	ALUMI	TRIPLEX 16mm	MTS	500,00	0,46	230,00
133	RAMAL TRIPLEX 25	ALUMI	TRIPLEX 25mm	MTS	500,00	0,875	437,50
136	RESISTENCIA PARA CHUVERO PRATIMIX TIPO C	ALUMI	PRATIMIX TIPO C	UNID	15,00	17,15	257,25
142	SOQUETE PARA LAMPADINHEIRAS SOQUETE FLUORESCENTE	ALUMI	FLUORESCENTE	UNID	100,00	0,205	20,50
	TOTAL						11.590,70

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 09 de novembro de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original assinado)

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 121/2023 – PMSMP

O Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Paraná, nº 50, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.909.617/0001-63, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços referente ao processo licitatório Pregão na forma Eletrônica Sistema Registro de Preço nº 55/2023 – PMSMP.

Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 09 de novembro de 2023.

Objeto: A presente Ata tem por objeto a formação de registro de preços para FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.

Licitante: ELETRONIC SUPPLANT NORTE DO PARANÁ LTDA – EPP, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 80.874.566/0001-66, com sede na Rua Taboão, nº 425, Vila Recreio, CEP: 86.050-464, telefone: (41) 3.337-3000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Valor total: R\$ 23.942,95 (Vinte e três mil, novecentos e dois reais e cinco centavos).

Item	Descrição	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	ABRACAO DE CADERNA DE NYLON 2,5X150MM COM 100 UNIDADES	FERTAK	COM 100 UNIDADES	UN	30,00	9,98	299,40
3	ABRACAO DE CADERNA DE NYLON 3,0X300MM COM 100 UNIDADES	FERTAK	COM 100 UNIDADES	UN	30,00	9,98	299,40
6	ABRACAO REX 1X2 PESADO GALVANIZADO A ALMEIDA	ALMEIDA		UNID	10,00	24,59	245,90
8	ABRACAO REX 1X4 PESADO GALVANIZADO A ALMEIDA	ALMEIDA		UNID	10,00	65,78	657,80
13	CABINHO PARA TELA PRETA DE 2 PARES	PIAZZA		UNID	500,00	0,49	245,00
19	CAIXA DE PASSAGEM EM PVC	BETEL	PC 150	UN	15,00	5,98	89,70
21	CAIXA COMERCIAL EM AÇO BRANCO 3P BILIMANAU	BILIMANAU		UNID	10,00	19,98	199,80
23	CHUVERO EM PVC RESISTENTE A 5.700V 220V TIPO LORENZETTI	ENERBRAS		UNID	10,00	40,98	409,80
24	CINTA GALVANIZADA PARA TELA PRETA	THELMAR		UNID	10,00	10,98	109,80
25	CINTA LISA GALVANIZADA 25 METROS	THELMAR		UNID	25,00	98	2.450,00
26	COMANDO PARA VENTILADOR COM VELOCIDADE LUMI	RIKMA		UNID	50,00	5,00	250,00
27	CONECTOR DE DERIVAÇÃO MCI PERFORANTE DE 10 A 95 MM	MCI		UNID	100,00	4,89	489,00
28	CONECTOR DE DERIVAÇÃO MCI PERFORANTE DE 16 A 120MM	MCI		UNID	100,00	7,99	799,00
40	CONJUNTO COM 100 LAMPAS	PLUZIE		UNID	25,00	8,49	212,25
44	CONJUNTO COM 1 TOMADA PARA TELEFONE	MECTRON		UNID	50,00	6,79	339,50
45	CORRADO DE LED COM 100 LED COR BRANCO 2F R/T CORRENTE 200mA TENSÃO 127VOLT 3,6W	REMANCI		UNID	500,00	18,99	9.495,00
61	DISJUNTOR 3X150A TIPO NEMA OM MELHOR QUALIDADE	SOPRANO		UNID	50,00	299,95	14.997,50
89	ELETRICIDADE PROPOSTA POR TIORE	BOA VISTA		UNID	50,00	6,99	349,50
75	FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS	A SANTOS		UNID	15,00	19,98	299,70

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 31 de outubro de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original assinado)

82	1	FIO DE COBRE PARALELO FLEXIVEL 2,5MM	BLUCABOS	MTS	1.000,00	1,96	1.960,00
83	1	FIO DE COBRE PARALELO FLEXIVEL 4MM	BLUCABOS	MTS	500,00	3,18	1.590,00
86	1	FRANGE DE PVC 1/2	BETEL	UNID	40,00	1,90	76,00
88	1	FRANGE DE PVC 1/2	BETEL	UNID	40,00	1,15	46,00
103	1	LUMINARIA DE LED 36W 110V SEVERLED MODELO 32000 LCM CORP ALUMINUM	SEVERLED	UNID	50,00	19,98	999,00
105	1	LUMA DE EMENDA PRETA DE PVC 1/4	BETEL	UNID	20,00	1,05	21,00
106	1	LUMA DE EMENDA PRETA DE PVC 1/2	BETEL	UNID	50,00	0,28	14,00
107	1	LUMA DE EMENDA PRETA DE PVC 1P	BETEL	UNID	20,00	0,49	9,80
109	1	LUMA DE EMENDA PRETA DE PVC 3/4	BETEL	UNID	20,00	0,36	7,20
110	1	MANGUEIRA CORRUG					




DENGUE AQUI NÃO!


TIRE UM TEMPINHO E TOME A ATITUDE CERTA.
O MOSQUITO DA DENGUE TAMBÉM TRANSMITE
CHIKUNGUNYA E ZIKA.

**10
MINUTOS
CONTRA A
DENGUE**

Com apenas 10 minutos por semana você consegue fazer uma checagem rápida em sua casa nos locais onde o mosquito costuma colocar seus ovos. Ao eliminar esses focos, você protege a saúde da sua família e dos seus vizinhos. Faça sua parte!



TRATE A ÁGUA DAS
PISCINAS COM CLORO E
LIMPE-AS UMA VEZ POR
SEMANA.




COLOQUE O LIXO EM
SACOS PLÁSTICOS E
MANTENHA A LIXEIRA
FECHADA.



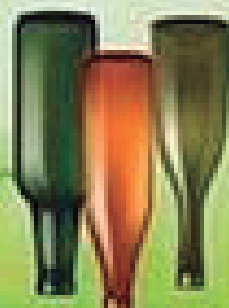
ELIMINE A ÁGUA DOS
VASOS DE PLANTAS.



GUARDE OS PNEUS EM
LOCAIS COBERTOS.




MANTENHA AS CALHAS
SEMPRE LIMPAS PARA
EVITAR O ACÚMULO DE
ÁGUA.



GUARDE AS GARRAFAS
SEMPRE DE BOCA PRA
BAIXO.



LAVE COM ESCOVA
O POTE DE ÁGUA
DOS ANIMAIS



VEDE TOTALMENTE A
TAMPA DAS CAIXAS
D'ÁGUA, GALÕES,
TONÉIS, POÇOS E LATÕES.



DENGUE. DESARME ESTA BOMBA.

FAÇA SUA PARTE: NÃO DEIXE ÁGUA PARADA.

[illegible][illegible]

		MUNICIPIO DE JAPURÁ SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E-mail: atendimento@sema.japuracito.rr.gov.br Japurá - Pará	
NOTIFICAÇÃO 1/14/2023 CAPTA			
DADOS DO PROPRIETÁRIO: RUA: AV. DEBENEDICTO DE CORMAÇA E ASSERSONIA PEREIRA LIMA C/PACOT: 23 8468008 20 Endereço: RUA PALMIRA VIEIRA FILHO Nº 708 SALA Nº 12 Cidade: MANAUS - RR C/por: CAD C/PACOT: 20064 C/por: CAD C/PACOT: MANAUS - RR C/PACOT: 23 850 010			
DADOS DO RÔTULO: Endereço: RUA MARCELA DEODORO DA FONSECA Nº 476 Bairro: ARACÓI MARIANO Cidade: MANAUS - RR Lote: 09 Inscrição Cadastro: 1913090001 Cálculo: 66661			
PRazo INSCRIÇÃO: Pica Vista Semestre NOTIFICACAO, qual no prazo máximo de 150(DOZE) dias, contados do recebimento da presente Notificação, apresente a documentação exigida, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável) e seja fornecida a sua propriedade para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
LEI MUNICIPAL: LEI MUNICIPAL Nº 000001/2011, Art. 3º. "No proprietário ou inquilino do imóvel a declarar e converter em perfil técnico em imóvel, em seus quadros, não poderá, sob qualquer pretexto, não fornecer a documentação exigida para a inscrição do imóvel, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Após as inscricoes colacionar pelo não cumprimento do disposto no artigo 1º, medidas estas de acordo com o art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			
Se não for possível a entrega de bens e valores dentro do prazo de validade do disposto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 000001/2011, bem como o recolhimento do ICMS de sua propriedade antes identificada, ou seja, para o MANTELO L&M , bem como relativo a entrega de cupões (quando aplicável).			

[illegible]

MUNICÍPIO DE JAPURÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
E-mail: agric@caruaruaparaiba.pb.gov.br
Japurá-Paraíba

NOTIFICAÇÃO 18/20023
CAPINA

BAIXADA DO PROMOTORADO

Desembargador(a): S.R. BERNHARDI DE COBRANÇA E ADMINISTRADORA EMPRESARIAL, LTDA
CAPINA Nº 18/20023-12
Instituição: RUA DO PAULINO VIEIRA P.O. BOX 1484 Nº 12
Bairro: Centro ZONE
Cidade: MARIPÁ-PE CEP: 52.625-95

DADOS DO MÓDULO

Endereço: RUA MARCELO DAMASCENO DA FONSECA Nº 856

Bairro: JARDIM PIRENEIA

Nº: 97 Qd. 14

Lote: 77

Inscrição: CONDIÇÃO: 9033089777881 Código: 566251

PRAZO E EFETIVAÇÃO

Fica Vossa Senhoria NOTIFICADO(a) para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento desta presente, compareça a esta Secretaria para apresentar a documentação necessária para a efetivação da capina, sob pena de imposição ao recolhimento das despesas decorrentes do uso do equipamento agrícola utilizado, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10. INFORMAÇÕES

Com base na Lei Municipal nº20001/1, Art. 263, os proprietários ou titulares são obrigados a contratar um serviço notificado pelo Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.1. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.2. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.3. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.4. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.5. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.6. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.7. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.8. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.9. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.10. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.11. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.12. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

10.13. A presente notificação é expedida para que o interessado compareça ao Município de Japurá, para a realização de capina, sob pena de multa, e, caso não compareça, a ser considerada a ausência de interesse, restando extinta a presente notificação.

[illegible]

[illegible][illegible]

MUNICÍPIO DE JAPURÁ
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Tel: (49) 3205-1975
E-mail: atendimento@secretariadeagriculturaemambiente@japura.rr.br

NOTIFICAÇÃO 22402/23

CAPIRÁ

DADOS DO PROPRIETÁRIO:

Paulo Vinícius NOTIFICADO(A):
CPF nº 42.263.262-85-85
Endereço: RODovia PR 202 KM 13,208 - 94
Bairro: Zona URBANA - CIMA
Cidade: JAPURÁ - RR CEP: 67.225-000

DADOS DO IMÓVEL:

Conteúdo: RUA MARECHAL FLORIANO PEREIRA Nº 236
Cidade: JAPURÁ - RR
Bairro: 81 - CAPIRÁ - Lote: 34
Folha: Canchala Cadastro: 691599900000 Código: 888201

PRAZO DE EMPAQUO:

Para fins desta NOTIFICAÇÃO, não se trata no prazo máximo de 15(DOZE) dias, contados do recebimento da presente Notificação, para a entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada, de um(s) a(s) MANTILHO(LHOS), bem como relativo à entrega de cópia(s) (assinado) original e xerxé (fotocópia) de sua propriedade, para fins de entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada.

LEI MUNICIPAL:

Lei Municipal nº 00202/21, Art. 3º, par. 1º, determina que o requerente da solicitação de concessão em perfilamento seja, em todo o caso, quando, pelo prazo de 15(DOZE) dias, contados do recebimento da presente Notificação, para a entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada, de um(s) a(s) MANTILHO(LHOS), bem como relativo à entrega de cópia(s) (assinado) original e xerxé (fotocópia) de sua propriedade, para fins de entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada.

LEI MUNICIPAL nº 00202/21, Art. 3º, par. 1º.

Para fins desta NOTIFICAÇÃO, não se trata no prazo máximo de 15(DOZE) dias, contados do recebimento da presente Notificação, para a entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada, de um(s) a(s) MANTILHO(LHOS), bem como relativo à entrega de cópia(s) (assinado) original e xerxé (fotocópia) de sua propriedade, para fins de entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada.

Para fins desta NOTIFICAÇÃO, não se trata no prazo máximo de 15(DOZE) dias, contados do recebimento da presente Notificação, para a entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada, de um(s) a(s) MANTILHO(LHOS), bem como relativo à entrega de cópia(s) (assinado) original e xerxé (fotocópia) de sua propriedade, para fins de entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada.

A LIMPZA DO IMÓVEL (LOTE E CALÇA DA RUA) SERÁ EXECUTADA SEMPRE QUE NECESSÁRIO!

DECLARAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO: A presente NOTIFICAÇÃO foi expedida em 15(DOZE) dias, contados do recebimento da presente Notificação, para a entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada, de um(s) a(s) MANTILHO(LHOS), bem como relativo à entrega de cópia(s) (assinado) original e xerxé (fotocópia) de sua propriedade, para fins de entrega em mãos, em caráter de depósito, no imóvel de sua propriedade acima identificada.

RECEBI E PREENCHEI NOTIFICAÇÃO:

- () Notificação entregue em mãos de acordo com o formulário.
- () Notificação entregue, porém assinatura

EMISSÃO: 01/09/2023

Paulo Vinícius NOTIFICADO(A)
Paula Maria de Fátima
PAMELA OLIVEIRA FARIAS
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

ASSINATURA

Paulo Vinícius NOTIFICADO(A)

PAMELA OLIVEIRA FARIAS

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

NA DENTELADA DE O IMÓVEL LÁ DO SENHOR LOPES, FOLHA CANCHALA CADASTRO 691599900000 Código 888201

AO ACERTAR FISCAL:


☐ Adicional
☐ Não Adicional
☐ Não Adicional
☐ Não Adicional

VISITÓRIA FISCAL:

☐ CAPINHOS
☐ Não
☐ Não

Rua do Sol, nº 360, Centro - CEP 67-225-000

[illegible][illegible]



Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (44) 3403-1327 – Fax: (44) 3403-1300
e-mail: conselhad@japurapa.gov.br – CEP: 77225-000 – CNPJ: 15.788.349/0005-99 – Japurá-PA

Estado do Paraná

6440
00510 Taxas - Exercício Poder da Polícia

Art. 3º - Ficam incluídas na Programação Financeira e no Cronograma de Desenvolvimento o seguinte valor, como segue:

Fonte: 0945	outubro	12.612,08
Fonte: 1016	outubro	81.899,18

Alterações Adicionais do Cronograma de Desenvolvimento:

Fonte: 0945	outubro	12.612,08
Fonte: 1016	outubro	81.899,18

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Mamoeiro Poes Filho” de Japurá, Estado do Paraná, em 31 de outubro de 2023.



ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal